



EMBAIXADA DE ANGOLA
LISBOA-PORTUGAL
SERVIÇOS DE IMPRENSA

RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA

18 de Junho 2021

SEXTA-FEIRA, 18 DE JUNHO 2021

Presidente da república efectua visita privada a Portugal

Luanda - O Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, viajou, nesta quinta-feira, para Lisboa, capital da República Portuguesa, onde permanecerá por alguns dias, em visita privada. A informação foi prestada, nesta quinta-feira, em nota, pelo Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República.

Portugal está localizado no sul da Europa, mais propriamente na Península Ibérica, e faz fronteira com a Espanha. (ANGOP)+++

Governo faz alterações na Administração Pública

Luanda - O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, afirmou, nesta quinta-feira, que a criação do projecto Simplificação de Actos e Procedimentos da Administração Pública permite ao Governo fazer alterações no modo de agir da Administração Pública.

Em declarações à imprensa no final da reunião ordinária da Comissão Interministerial para Reforma do Estado, Adão de Almeida explicou que o projecto é extensivo à unificação do livrete da viatura e o título de propriedade automóvel, com vista a reduzir o número de documentos.

"É extensivo também à emissão de passaportes das mais diferentes tipologias, entre os quais o ordinário, de serviço e diplomático", salientou. Adão de Almeida explicou que o processo não é de aplicação imediata. "Vamos verificar a mutação no serviço.

Essas medidas desenham um caminho que faz com que as instituições responsáveis agora com essas orientações possam percorrê-lo até atingir este objectivo", acrescentou. O projecto de Simplificação de Actos e Procedimentos da Administração Pública tem como finalidade a modernização, desburocratização, integração e optimização de processos, com o foco na satisfação do interesse público e na facilitação da vida dos cidadãos.

O programa tem incidência sobre 32 actos e procedimentos, prevendo-se a eliminação de 121 requisitos e a unificação de 13 documentos. Os documentos estão relacionados com matérias idênticas e transversais, o alargamento do prazo de validade de 10 licenças e a integração de 20 procedimentos realizados por serviços diferentes. (ANGOP)++++

Tribunal delibera improcedente acção de São Vicente contra Estado Angolano

Luanda - O Tribunal Arbitral de Estocolmo (Suécia) deliberou improcedente a acção do empresário Carlos São Vicente contra o Estado angolano, no sentido do levantamento da apreensão que incide sobre os seus bens, em Angola e no estrangeiro.

De acordo com uma nota da Procuradoria-Geral da República (PGR), a que a ANGOP teve acesso esta quinta-feira, citando uma decisão, de 16 do corrente, a acção visava também a anulação da medida de coacção pessoal de prisão preventiva, aplicada a Carlos de São Vicente, em sede do processo-crime em que é arguido em Angola.

O empresário foi ainda condenado ao pagamento das custas do processo, incluindo os honorários dos advogados do Estado angolano.

No requerimento, dirigido ao Tribunal Arbitral de Estocolmo, Carlos São Vicente, que neste processo foi representado pelo escritório de advogados Schellemborg Wittmer Lda, alegou ser investidor estrangeiro português, cujos direitos fundamentais estariam supostamente a ser violados pelo

Estado angolano. Realizadas as sessões de julgamento, onde foram inquiridas as testemunhas de ambas as partes e analisados os documentos, foi proferida esta decisão a 16 de Junho, onde foram negados os pedidos feitos pelo requerente.

Na nota, a PGR informa ainda que o processo-crime em Angola, em sede do qual Carlos São Vicente é arguido, prossegue a sua tramitação aguardando julgamento. De igual modo, a PGR reiteirou o seu compromisso com a defesa da legalidade e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, consagrados na Constituição da República de Angola.

Detido em Luanda, desde 22 de Setembro de 2020, Carlos São Vicente está acusado dos crimes de peculato, fraude fiscal e branqueamento de capitais. (ANGOP)+++

Ministra destaca apoio do executivo na valorização do património

Mbanza Kongo - A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, reafirmou, esta quinta-feira, o empenho do Executivo em transformar a área de Mbanza Kongo Património Mundial da Humanidade, num centro turístico capaz de gerar emprego e valorizar a cultura e a arte da região.

A governante, que respondia as preocupações apresentadas pelos membros da Corte Real do antigo Reino do Kongo, adiantou que na agenda das prioridades do Executivo está ainda a retomada das obras do hospital geral de Mbanza Kongo, paralisadas há cerca de cinco anos, por razões de ordem financeira, no âmbito de uma linha de financiamento da Alemanha.

Frisou que as preocupações levantadas pelos membros da Corte Real e pelas autoridades tradicionais, nos domínios da saúde, habitação, estradas e outras infra-estruturas, constam da agenda do Executivo e estão a ser atendidas, de forma gradual, tendo em conta o contexto de pandemia que o país e o mundo enfrentam.

Explicou que a pandemia criou constrangimentos na programação financeira do Executivo, que teve que alocar verbas destinadas a outras áreas ao reforço do combate à Covid-19 no país, particularmente em meios de biossegurança, equipamentos hospitalares de ponta, de testagem e vacinas.

Carolina Cerqueira pediu aos membros da Corte Real Kongo para usarem a sua influência, como reserva moral, para continuar a educar e inculcar nos cidadãos, sobretudo nos jovens, valores alicerçados no amor à pátria, respeito às autoridades instituídas, valorização da cultura e reforço da unidade nacional.

Adiantou que a sua visita de 24 horas visa auscultar as autoridades tradicionais e o governo local, sobre as preocupações que afectam às populações, tendo em conta a solicitação que lhe foi apresentada, aquando da sua estada no Nzeto, para a inauguração do hospital do Covid, em Maio último.

Em relação à segunda edição da Bienal da Paz-Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, que Angola alberga, em Outubro do ano em curso, frisou que o país exhibirá o melhor da sua cultura, arte e património, juntando as valências dos vários grupos étnicos de países e da diáspora africanos.

Carolina Cerqueira constatou já o estado dos monumentos e sítios locais, estando previsto, para sexta-feira, um encontro de trabalho com os membros do governo local e visita às obras paralisadas do hospital geral e da futura centralidade.

Esta é a segunda deslocação da ministra de Estado para a Área Social ao Zaire, em menos de um mês, sendo que, há cerca de duas semanas, esteve no município do Nzeto, onde inaugurou o hospital para tratamento de doentes com Covid-19. (ANGOP)+++

Ministra da Saúde admite aumento de casos de malária em Angola

Luanda - A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, admitiu esta quinta-feira, em Luanda, que Angola enfrenta uma situação "crítica e desafiante" em relação à malária, doença que afectou mais de dois milhões de pacientes nos últimos cinco meses.

Ao intervir numa conferência de imprensa para apresentar o ponto de situação da doença, a governante precisou que foram registados, só neste período, um total de cinco mil e 573 óbitos. Conforme a ministra, as autoridades registaram, em cinco meses, uma taxa de mortalidade na ordem de 0,1 por cento entre os casos atendidos nas diferentes unidades sanitárias do país.

Afirmou, entretanto, que apesar do aumento de casos de malária, houve decréscimo no número de óbitos em relação aos notificados em 2020, sem especificar os dados comparativos. Em termos de casos positivos, Sílvia Lutucuta apontou o mês de Abril como o mais crítico, face ao aumento de 322 mil e 717 doentes, embora tenha havido decréscimo de 102 óbitos.

De acordo com os dados avançados aos jornalistas, o maior índice de mortalidade da doença registou-se em crianças menores de cinco anos e em gestantes, tendo as províncias mais afectadas sido as de Luanda, Lunda Norte, Malanje, Huambo, Uíge, Benguela, Bié e Huíla.

Anunciou que, em função do aumento de casos, o Executivo angolano vai continuar a fazer investimentos para minimizar o impacto da malária nas unidades hospitalares, sublinhando, no entanto, que o combate efectivo da doença vai exigir um "esforço multisectorial".

Na conferência de imprensa, a governante referiu-se ao reforço das orientações metodológicas e supervisão, à implementação do Plano de Contingência Multisectorial e ao Plano de Emergência Anti-virose, tendo sublinhado que, devido ao aumento de casos, criou-se unidades satélites para o tratamento da malária e dengue, além de terem reforçado os equipamentos e medicamentos.

Noutro domínio, informou que foram diagnosticados, nos últimos cinco meses, 249 casos de dengue, sem óbitos, dos quais 160 no Namibe, 43 em Luanda, 33 em Cabinda e 30 no Uíge, as mais afectadas. (ANGOP)+++

Luísa Damião aponta unidade para o desenvolvimento do País

Huambo - A vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, destacou, nesta quinta-feira, no Huambo, que a chave para o desenvolvimento do país reside no reforço da unidade, preservação da paz e no reencontro sincero e verdadeiro dos angolanos.

Luísa Damião fez estas considerações durante a abertura da III Edição do Encontro Nacional de recepção de opiniões da sociedade civil, denominado "Termómetro", realizado sob o lema "A importância do perdão e da tolerância para o aperfeiçoamento da reconciliação e unidade nacional".

Conforme a dirigente, a reconciliação representa, para muitos países, um pilar indispensável para as transformações democráticas que se impõem e um dos motores de reformulação do contrato social.

"Quando existe reconciliação, tudo se renova e acabam -se às insónias, às torturas, às incertezas e há um despertar de esperança e um novo recomeço", referiu.

Segundo a responsável, Angola vive uma experiência exemplar em termos de preservação e manutenção da paz e de aprofundamento constante da reconciliação nacional, da inclusão social, do perdão mútuo e do sarar das feridas do conflito armado.

Nesta conformidade, destacou o pedido de desculpas públicas e perdão apresentado pelo Presidente da República, João Lourenço, às vítimas dos conflitos armados que correram no país (1975 a 2002), como uma declaração histórica e de elevada responsabilidade patriótica.

Este pedido de perdão, para Luísa Damião, representa o reconhecimento dos erros cometidos entre "irmãos da mesma Pátria" e aprofunda, indubitavelmente, a preservação e manutenção de uma paz definitiva, sobretudo, a reconciliação nacional, a inclusão social, o perdão mútuo e do sarar das feridas do conflito armado.

Neste particular de assunção de responsabilidade, continuou, o Estado angolano acaba de fazer a sua parte ao assumir os erros cometidos no quadro do 27 de Maio, "cabendo a quem nos conflitos armados do período de 1975 a 2002 reconhecer, com humildade, que terá cometido "erros gravosos", "perder a vergonha" e ter a coragem e vir ao público, com sinceridade, pedir desculpas públicas e perdão".

Referiu que o MPLA não tem medo de assumir os seus erros e sempre o tem feito com o sentido de responsabilidade, apontando como prova evidente o lema de governação "Melhorar o que está bem e corrigir o que está mal".

A III Edição do Encontro Nacional de recepção de opiniões da sociedade civil "Termómetro", que juntou diversos quadros e militantes do partido no poder em Angola, antecedeu ao segundo encontro inter-provincial dos secretariados executivos dos organismos prementes e intermédios da região Centro.

O certame, a realizar-se nesta sexta-feira, no município do Bailundo, a 75 quilómetros desta cidade, junta delegados das províncias de Benguela, Bié, Cuanza Sul e Huambo.

Ainda no cumprimento da sua jornada de trabalho, a vice-presidente do MPLA manteve, logo a após à sua chegada ao Huambo, um encontro com os primeiros secretários provinciais, tendo, em seguida, se deslocado ao município da Caála, onde se inteirou do grau de funcionamento das estruturas de base do Partido e concedeu audiência às diversas individualidades da sociedade civil desta região. (ANGOP)+++

Etihad Airways vai ligar Abu Dhabi e Luanda

A companhia aérea dos Emirados Árabes Unidos, Etihad Airways, pode iniciar, em breve, as ligações para Luanda, a partir de Abu Dhabi, anunciou, ontem, o embaixador daquele país do Médio Oriente.

Khalid Almheiri, que fez o anúncio no final de um encontro com o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, referiu a facilidade e rapidez do comércio entre os dois países como um dos objectivos dos voos entre o Dubai e Luanda e vice-versa.

O embaixador informou que os dois países rubricaram um acordo no ramo da Aviação Civil, que permite que a Etihad Airways possa, em breve, voar directamente de Abu Dhabi para Luanda.

A Etihad Airways é a companhia aérea nacional dos Emirados Árabes Unidos, com sede em Abu Dhabi. Foi fundada em 2003 pelo príncipe herdeiro Xequé Califa Bin Zayed Al Nahyan. É uma das companhias aéreas que mais rapidamente cresceu em todo o mundo.

O diplomata considerou excelentes e fortes as relações entre Angola e os Emirados Árabes Unidos. Khalid Almheiri disse que durante o encontro convidou a Angola a ser membro do Parlamento Internacional para a Paz e Tolerância. De Fernando da Piedade Dias dos Santos, o embaixador árabe recebeu a garantia da participação de uma delegação parlamentar angolana no referido parlamento.

O Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz é constituído por representantes de 54 países. Foi fundado em 2017, com o objectivo de contribuir para a promoção de uma cultura de tolerância entre os povos e Nações.

Angola e os Emirados Árabes Unidos são membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e cooperam nesta área e na agricultura. (J.A)++++

Mais de seis mil milhões gastos por ano no OGE

As 41 instituições de utilidade pública existentes no país gastam, anualmente, do Orçamento Geral do Estado (OGE) acima de seis mil milhões de kwanzas, revelou, ontem, em Luanda, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz.

Em declarações aos jornalistas, no final da primeira reunião ordinária da Comissão Interministerial para a Reforma do Estado, orientada pelo Presidente da República, Francisco Queiroz disse que aquelas instituições têm, até 60 dias, para serem submetidas a uma avaliação para se aferir se são, efectivamente, de interesse público e se estão a cumprir com o fim para o qual foram criadas.

Esta situação levou o Executivo a aprovar, ontem, no quadro das medidas tendentes à melhoria da qualidade da despesa pública, um anteprojecto de Decreto Presidencial que estabelece o Regime Geral de Concessão e de Cessão do Estatuto de Utilidade Pública.

O instrumento pretende tornar mais objectivo o processo de atribuição e manutenção dessa prerrogativa pelas entidades que dela beneficiem, através da definição de critérios de racionalidade económica e de gestão.

O documento vai, igualmente, avaliar outros objectivos, com realce para o cumprimento dos deveres e obrigações legais, a limitação temporal do referido estatuto e a rigorosa disponibilidade de recursos financeiros do OGE, em função da apresentação de projectos específicos relevantes e devidamente

fundamentados. As instituições que se negarem a atender este chamado, alertou o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, vão perder o estatuto de utilidade pública e, conseqüentemente, deixar de receber tais valores do Estado. "Passam a ser organizações normais", realçou.

Francisco Queiroz ressaltou que essas instituições terão de apresentar o relatório de contas dos exercícios dos dois últimos anos e a situação fiscal regular.

Os ministérios que acompanham essas organizações foram instadas a apresentar, no prazo de 30 dias, mapas com indicação de cada uma delas, o valor que recebem anualmente, o impacto que têm na sociedade e outras informações úteis, para que os órgãos próprios de avaliação possam aferir se devem ou não continuar com o estatuto de utilidade pública.

"Há muito dinheiro do Estado a sair pela via do estatuto de utilidade pública", referiu o ministro.

Novas regras

Francisco Queiroz revelou que o anteprojecto de Decreto Presidencial que estabelece o Regime Geral de Concessão e de Cessão do Estatuto de utilidade pública determina a não atribuição deste estatuto logo a seguir à constituição da sociedade.

A instituição interessada em requerer o estatuto de utilidade pública deve, doravante, ser constituída primeiro, trabalhar durante três anos para, ao fim deste período, ser-lhe feita a avaliação para ver se reúne as condições para ter o estatuto de utilidade pública.

O estatuto também não vai ser atribuído às associações em geral. O estatuto vai ser, agora, atribuído ao programa ou projecto que a associação apresentar e não mais à instituição.

De igual modo, o estatuto de utilidade pública já não será permanente, como acontece agora. Vai ser atribuído de três em três anos. "Quer dizer, se a instituição merecer o estatuto de utilidade pública, ao fim de três anos, é avaliado e se se considerar que merece continuar com o estatuto e com ajuda do

Governo, renova-se", esclareceu. As organizações que beneficiarem do estatuto serão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório de contas ao Ministério das Finanças, para que esta instituição avalie se os resultados atingidos em função da receita fiscal que lhe foi atribuída produziram ou não resultado.

Outro tipo de fiscalização será feito pelo Tribunal de Contas, que vai avaliar se os valores entregues a essas instituições foram empregues de acordo com o fim para o qual foi destinado.

Contra-ordenações

Ainda ontem, a Comissão Interministerial para a Reforma do Estado analisou, para posterior apreciação do Conselho de Ministros, um anteprojecto de proposta de lei sobre o regime geral das contra-ordenações.

O diploma tem por objectivo sancionar as condutas ilícitas susceptíveis de serem punidas através da aplicação de uma sanção pecuniária não convertível em prisão. Foi, igualmente, apreciado o anteprojecto de Decreto Legislativo Presidencial que aprova o Regime Geral dos Fundos Públicos.

Este diploma estabelece as regras sobre a sua criação, gestão, fiscalização, avaliação e extinção. A ideia é a criação de um quadro jurídico-legal uniforme que permita assegurar maior transparência e racionalização na gestão dos recursos financeiros afectos a esses entes, destinados à promoção do financiamento de determinadas actividades de natureza económica, social e cultural. (JA)+++

Estado deixa de exigir assento de nascimento para tratar do BI

O Estado vai deixar de exigir o assento de nascimento para tratar do Bilhete de Identidade e unir o livrete ao título de propriedade automóvel, como forma de simplificar os actos na Administração Pública.

A decisão foi tomada, ontem, na primeira reunião ordinária da Comissão Interministerial para a Reforma do Estado, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço. Nesta reunião, foi aprovado o Projecto de Simplificação de Actos e Procedimentos da Administração Pública, também conhecido por "Simplifica".

O instrumento congrega medidas e acções abrangentes direccionadas à implementação de boas práticas na Administração Central e Local do Estado, com vista à modernização, desburocratização, integração e optimização de processos. O foco está na satisfação do interesse público e na facilitação da vida dos cidadãos.

O "Simplifica" tem incidência sobre 32 actos e procedimentos, prevendo-se, ainda, a eliminação de 121 requisitos, a unificação de 13 documentos relacionados com matérias idênticas e transversais, o alargamento do prazo de validade de dez documentos, licença e a integração de 20 procedimentos realizados por serviços diferentes.

Em declarações prestadas à imprensa, no final da reunião, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República disse que o Simplifica vem dar resposta a um conjunto de reclamações apresentadas pelos cidadãos sobre a burocracia registada na Administração Pública para tratar certos documentos.

Adão de Almeida disse ter sido feito um inquérito que permitiu identificar várias percepções dos mais variados domínios. Neste particular, destacou que os cidadãos apontaram o Bilhete de Identidade como sendo o documento mais difícil de ser tratado.

Alargamento da validade

Em relação aos tipos de medidas que podem ser implementadas na Administração Pública, para facilitar a vida do cidadão, sempre que pretender tratar certos documentos, o inquérito aponta como solução o alargamento do prazo de certos documentos e a redução de documentos a serem renovados.

Aqui, Adão de Almeida disse ter chamado a atenção ao facto de, em muitos casos, encontrarem situações em que os mesmos requisitos para a emissão da primeira via de um documento ser solicitado, também, na emissão da segunda via. "A recepção sobre a prestação de serviços públicos nos dizem, numa palavra, que temos muito para melhorar.

A percepção evidencia um reconhecimento de uma burocracia grande, uma lentidão considerável, situação de mau atendimento por parte de funcionários públicos e uma grande falta de entrosamento entre as diferentes instituições que prestam serviço público, quando concorrem para uma mesma finalidade", reconheceu.

O ministro de Estado disse que o Simplifica surge, não só como uma resposta a estes problemas, mas, sobretudo, para a construção de uma ideia que se precisa empreender na Administração Pública, bem como um ponto de prestação de serviços públicos de excelência.

O chefe da Casa Civil ressaltou que o Simplifica não pretende ser uma obra acabada ou um acto estático, mas sim dinâmica.

"Vamos tratar da sua execução, mas, ao mesmo tempo, estudar outros actos da Administração Pública e vamos trazer, regularmente, actos em relação aos quais vão ser introduzidas dinâmicas de simplificação, modernização e integração de serviços, de modo que consigamos ter, aos poucos, uma Administração mais aprazível na sua relação com o cidadão", prometeu.

Adão de Almeida disse que o processo de implementação começa imediatamente, mas esclareceu que os resultados não vão ser sentidos a partir de hoje, "tendo em conta que, nalguns casos, a implementação requer a adopção de várias medidas e criação de várias condições, incluindo, por exemplo, o capital humano".

"Os próprios funcionários públicos e os gestores públicos terão de obedecer a um processo de formação para que

interpretem o Simplifica", realçou. Disse haver casos em que se vai conseguir implementá-lo imediatamente, por não requerer tratamento bastante aprimorado. A título de exemplo, apontou a declaração de situação militar regularizada. Este documento, informou, vai deixar de ser exigido nos mais diferentes actos.

"Basta que seja exarado um acto pela autoridade competente e no dia seguinte isso já não é exigido em sítio nenhum. É uma medida de simplificação de fácil implementação que no mesmo momento pode ser implementado", atestou.

Unificação do livrete ao título de propriedade leva mais tempo

A unificação do livrete ao título de propriedade poderá levar um pouco mais de tempo até os resultados aparecerem, realçou o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Segundo Adão de Almeida, este processo é mais complexo, comparado, por exemplo, ao do documento que atesta a situação militar regularizada. Ainda assim, afirmou que o facto de se ter vários departamentos responsáveis pela realização de várias actividades não deve, necessariamente, significar que o cidadão tenha que passar por eles para materializar a realização de um único acto.

"Estamos agora a começar um caminho de integração de serviços, fazendo que, com um único contacto com a Administração Pública, o cidadão possa ver a sua pretensão satisfeita, sem a necessidade de circular por várias instituições", realçou.

Adão de Almeida admitiu que todas as ambições e objectivos que o país quer alcançar, com destaque para a melhoria de um bom ambiente de negócios, não serão alcançados se a Administração Pública não estiver à altura desses desafios.

"Se estivermos a falar em melhoria de um ambiente de negócios, ela tem que ter correspondência no modo de agir da Administração Pública", considerou. "Se ela for burocrática, lenta, se não der resposta imediata em intenções de

investimento, não estamos a alinhar a nossa actuação aos nossos objectivos", alertou. O ministro de Estado considerou, também, que não se pode falar em fomento do turismo quando existe burocracia exagerada na concessão do visto ao turista. "A Administração Pública tem que ser capaz de estar à altura desses desafios", defendeu. (JA)++++

Privatização: BCI já tem seis candidatos

O concurso de privatização do Banco de Comércio e Indústria (BCI) tem já, neste momento, seis (6) candidaturas com propostas efectivas, das quais quatro (4) são de nacionais e outras duas estrangeiras, soube o Jornal de Angola de fontes ligadas ao processo.

Esta sexta-feira, 18, a Comissão Nacional Interministerial para as Privatizações (CNI/PROPRIV) esteve reunida, no antigo Centro Documentação e Imprensa da Cidade Alta, em Luanda, tendo analisado, de igual modo, o processo de concessão da gestão para a rede de supermercados e hipermercados Kero, num total de nove (9) lojas espalhadas pelo país.

Segundo Patrício Vilar, coordenador-adjunto da Comissão Técnica do CNI, que falou à imprensa, no final da reunião, para o caso do Kero, próxima semana vai ser formalizada a abertura do concurso e até finais de Setembro acontece o anúncio do vencedor.

Para o caso dos bancos Angolano de Investimentos (BAI) e o Caixa Geral de Angola (BCGA), entre o primeiro semestre deste e o do próximo ano, deverá ser concluída também a privatização dos direitos do Estado nestas unidades. (JA)++++

Elisal promete rapidez e eficiência na recolha e transporte de resíduos

Cazenga é o município com maior dificuldade de se recolher o lixo durante a noite, por causa da delinquência
Ao início da noite começa a caminhada para o local de trabalho dos "guerreiros" da Elisal. Devido ao trabalho nocturno que

prestam, alguns trabalhadores aproveitam o dia para dormir e se recomporem do cansaço da noite. João Alexandre trabalha na Elisal há mais de oito anos como colector de lixo. Afirmo que gosta do trabalho que faz e não se envergonha de nada.

"No princípio não gostava, mas sabendo que tenho filhos para sustentar, comecei a trabalhar e sinto-me orgulhoso", disse com descontração. O entrevistado do Jornal de Angola apela aos jovens que se encontram no desemprego para não se sentirem envergonhados em trabalhar na limpeza e recolha de lixo.

As equipas de limpeza dão o melhor para salubridade da cidade de Luanda. Há equipas que começam a trabalhar às 7 horas e terminam às 16 horas. Estas equipas fazem a recolha dos contentores de 1.2, 1.100, 1.3, 5m³ e 7m³, em Luanda.

As equipas nocturnas estão divididas em grupo A e B. Começam a trabalhar às 19h30 minutos e terminam às 6 horas da manhã. Quando chegam a empresa encontram o mapa de circuito de como vão actuar nos municípios do Cazenga e Luanda.

O município do Cazenga tem sido a localidade com maior dificuldade de recolher o lixo durante a noite, por causa da delinquência. "Eu já fui assaltado e meus colegas também. Tem sido muito difícil para nós que estamos no turno da noite", disse.

João Alexandre aponta ainda os resíduos vegetais como outra preocupação. Vários cidadãos efectuam poda de árvores e depositam-nas nos contentores de lixo, dificultando o trabalho. "Apelamos às administrações a terem em atenção esse detalhe".

Aconselha que antes de se podar uma árvore, o cidadão deve se dirigir à administração local, de acordo com as medidas do Governo Provincial de Luanda, para não correr o risco de ser multado por transgressão administrativa. "A Elisal tem feito muito na sua actividade diária.

Pedimos a máxima colaboração da população para fazer a deposição dos resíduos no horário normal, não colocando os resíduos de forma desordenada, porque tem havido muito transtorno na recolha", precisou.

A missão, continuou, é tornar Luanda mais limpa e verde, por isso a aposta está também na manutenção dos espaços verdes. "Sabemos da necessidade de conservar os espaços verdes, potenciando um ambiente cada vez mais saudável, por isso, além da recolha de resíduos, a Elisal aposta fortemente no trabalho de embelezamento, corte de relva, poda e abate de árvore".

A Elisal aumentou os contentores na via pública para permitir maior rapidez e qualidade na operação de recolha e transporte dos resíduos sólidos ao aterro sanitário. Actualmente, a empresa é responsável pela limpeza e recolha de resíduos no município do Cazenga, com 322 contentores, e a cidade Luanda, com 580.

No que concerne ao equipamento existente, para um bom trabalho, conta com vários meios, com destaque para camiões compactadores, camiões combinados, de sucção, camiões gruas, basculantes, multibenne, Rool off Typer, mini-pá carregadora, pá-carregadora, tractores, grua de grande porte, camião cisterna, etc.

Criação de novos postos de trabalho

No âmbito do fomento do empreendedorismo e criação de novos postos de empregos, a Elisal convidou pequenas empresas para participarem no processo de varredura urbana e capina, nos municípios do Cazenga e Luanda. Foi elaborado um caderno de encargos apresentado às empresas interessadas.

Com objectivo de fazer do cidadão parte integrante do processo de limpeza, a Elisal implementou uma campanha de sensibilização em várias artérias da capital. Técnicos da empresa aconselham a população a manter as casas e zonas circundantes limpas, a colocar o lixo no contentor e não deixar que sejam as crianças a fazê-lo.

Ensinam métodos de tratamento do lixo, além de sugerirem o melhor horário para colocar os resíduos no contentor, sem criar transtornos para operadora. A campanha de sensibilização prosseguirá até ao final do ano e visa também criar proximidade

entre a operadora e a população, assim como motivar o exercício de cidadania.

Agentes económicos sujeitos a contratos.

Os agentes económicos (hotelaria, construção, estabelecimentos comerciais) nos municípios do Cazenga e Luanda devem efectuar um contrato de recolha de resíduos sólidos com a Elisal, de acordo com um instrutivo do Governo Provincial de Luanda (GPL).

O documento estabelece que os agentes económicos devem proceder o pagamento dos serviços de recolha dos resíduos sólidos às operadoras contratadas, no município em que se encontram.

Deste modo, os agentes situados no Cazenga e Luanda têm que proceder o envio de uma estimativa de produção de lixo a Elisal, assim como devem efectuar limpeza nas áreas circundantes aos seus estabelecimentos, num raio de até 50 metros.

Por outro lado, de acordo com o documento, a Elisal deve ser notificada, previamente, sempre que se preveja a produção de lixo pontual, de forma que sejam garantidas as acções necessárias para o correcto tratamento, acondicionamento e recolha do mesmo.

Pensão dos reformados

Dos 355 funcionários que vão para reforma este ano, 80 atingiram a aposentadoria há três anos, mas não podem entrar para reforma pelo facto de a empresa ter uma dívida de mais de mil milhões de kwanzas com a Segurança Social. Fontes da empresa garantem, entretanto, que a dívida já foi regularizada e este ano volta tudo à normalidade.

Dos 355, 160 funcionários vão para reforma de forma antecipada, pelo facto de exercerem actividade profissional penosa e desgastante. São os casos dos funcionários com 50 anos de idade e com 15 anos de serviço, de acordo com o Decreto Presidencial 299, nº 2 do artigo 5º.

Além da Segurança Social, a Elisal teve que regularizar, também, uma dívida de mais de 192 milhões de Imposto de Rendimento de Trabalho (IRT). A Elisal que existe desde 29 de Junho de 1991, conta com 1840 trabalhadores, entre permanentes e colaboradores.

Objectivo a alcançar

Liderar a transformação do paradigma de gestão de resíduos em Luanda, implementando procedimentos de excelência, na limpeza, recolha, tratamento, valorização e deposição final de resíduos, que contribuam para a melhoria significativa da qualidade de vida dos munícipes, é a principal meta a alcançar, segundo o presidente do Conselho de Administração, Gonçalves Imperial.

O responsável realçou a necessidade do aumento da capacidade operacional de recolha de resíduos, limpeza urbana, lavagem de ruas, passeios, acrescentando que mais sete camiões compactadores entraram em circulação esta semana, no âmbito do reforço dos meios da empresa.

"Nossa visão é assegurar a saúde pública e a protecção do meio ambiente, através de uma gestão integrada de resíduos para acabar com o impacto negativo do mau tratamento dos resíduos na saúde", refere o PCA da Elisal, acrescentando que a ideia é assegurar a saúde pública e a protecção do meio ambiente da população e através de uma gestão integrada de resíduos que garanta a minimização do seu custo para os munícipes, envolvendo os colaboradores, a sociedade civil e as entidades empresariais no processo de valorização de resíduos. (J.A)++++